



*Prefeitura Municipal de Mucurici*  
*Estado do Espírito Santo*

LEI Nº 272

Dispõe sobre a Organização e a Estrutura do Conselho Municipal de Educação do município de Mucurici, Estado do Espírito Santo, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Mucurici-ES, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA CRIAÇÃO

art. 1º- Fica criado o Conselho Municipal de Educação de Mucurici, Estado do Espírito Santo, nos termos do art 211 da Constituição Federal, e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ( Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971 ), da Lei Estadual nº 4.135 de 28 de julho de 1988, da Resolução do Conselho Estadual de nº 60/91 de 15 de maio de 1992 e da Lei Orgânica do Município de Mucurici, de 04 de abril de 1990, art. 223.

CAPÍTULO II

DAS FINALIDADES

Art. 2º- O Conselho Municipal de Educação , órgão colegiado de deliberação sobre a política educacional no município, tem por finalidade planejar, orientar, disciplinar e avaliar as atividades do ensino público, exercendo as funções normativas, deliberativas, consultivas e fiscalizadora na esfera de sua competência.



*Prefeitura Municipal de Mucurici*  
*Estado do Espírito Santo*

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA

Art. 3º- O Conselho Municipal de Educação para o cumprimento das atribuições que esta Lei lhe conseqna e as que lhe forem delegadas pelo Conselho Estadual do Estado do Espírito Santo, no âmbito de sua competência, bem como pelos órgãos governamentais da área educacional da esfera estadual e federal, compete:

I - Assistir ao Poder Executivo da elaboração do Plano Municipal de Educação que deverá seguir diretrizes e metas básicas dos Planos Estadual e Nacional de Desenvolvimento da Educação.

II- Zelar pelo cumprimento das diretrizes e bases da educação fixadas pelo legislativo federal, estadual e municipal, e das disposições e normas baixadas pelos Conselhos de Educação Federal, Estadual e por este Conselho.

III- Propor ou adotar modificações e medidas que visem a expressão e a melhoria da qualidade do ensino no município de Mucurici.

IV- Emitir pareceres sobre assuntos e questões de natureza pedagógica e educacional que sejam submetidas pelo Executivo e pelas autoridades educacionais.

V- Estabelecer critérios a aprovação de planos para aplicação dos recursos federais, estaduais e municipais destinados à Educação.

VI- Manter intercâmbio com os Conselhos de Educação de todos os âmbitos do Governo e com organização que pos





*Prefeitura Municipal de Mucurici*  
*Estado do Espírito Santo*

possam contribuir para o desenvolvimento da educação no município de Mucurici, Estado do Espírito Santo.

VII - Elaborar e, quando necessário reformular o seu Regimento Interno mediante aprovação do Prefeito Municipal.

VIII - Promover e divulgar estudos sobre o ensino no município, bem como analisar dados estatísticos referentes ao mesmo.

IX - Declarar a vacância do mandato de Conselheiro nos termos da presente Lei.

X - Propor à Secretaria Municipal de Educação, modificações à presente Lei, naquilo que se diz respeito ao ensino no município, bem como a adoção de Leis especiais que se fizerem necessárias ao seu aperfeiçoamento.

XI - Emitir parecer sobre convênios, acordos e contratos que o Executivo pretenda celebrar na área educacional.

XII - Apreciar relatórios anuais do órgão municipal de Educação.

XIII - Fiscalizar o desempenho do Sistema Municipal de Ensino face às diretrizes e metas estabelecidas, verificando os resultados alcançados.

XIV - Deliberar sobre cursos, problemas e situações específicas que se apresentem no município.

XV - Programar permanentemente ações com a Secretaria Municipal de Educação e Subnível Regional de Educação para titular, atualizar e aperfeiçoar pessoal do Magistério.

CAPÍTULO IV

DA COMPOSIÇÃO



*Prefeitura Municipal de Mucurici*  
*Estado do Espírito Santo*

Art. 4º- O Conselho Municipal de Educação, compõe-se de 11 ( onze ) membros titulares e igual número de suplentes nomeados pelo Prefeito Municipal, dentre pessoas de ilibada reputação e larga experiência no campo educacional representativas dos graus e modalidades de ensino oferecidas no município de Mucurici, observando-se a seguinte participação.

- I- O Secretário de Educação;
- II- 01 ( um ) representante do Magistério Municipal, em efetivo exercício;
- III- 01 ( um ) representante de pais de alunos;
- IV- 02 ( dois ) representantes dos especialistas em educação, sendo um da rede municipal e outro estadual;
- V- 03 ( três ) representantes do Executivo;
- IV- 03 ( três ) representantes do Poder Legislativo;
- VII- 01 ( um ) de entidades de classes, associações, instituições comunitárias.

§ 1º- A escolha dos membros de que tratam os incisos II, III, IV e VII deste artigo será através de voto direto, em assembléia da respectiva categoria, devidamente constituída para este fim.

Art. 5º- O Conselho Municipal de Educação, será presidido pelo Secretário Municipal de Educação.

Art. 6º- O Vice-Presidente do Conselho será escolhido em votação de seus pares, e responderá pela presidência nas ausências do seu titular.





*Prefeitura Municipal de Mucurici*  
*Estado do Espírito Santo*

CAPÍTULO V

DO MANDATO

Art. 7º- O Mandato dos membros do Conselho Municipal de Educação será de 03 ( três ) anos, permitida a reeleição e/ou indicação por uma vez consecutiva.

§ 1º- Os Conselheiros, previstos nos incisos II, III, IV e VII do art. 4º-, que deixarem de pertencer às categorias que representam, serão por estas substituídas, no prazo máximo de 30 ( trinta ) dias.

§ 2º- Os membros indicados pelo Governo Municipal poderão ser demitidos " AD NUTUM ".

Art. 8º- O mandato dos membros do Conselho Municipal de Educação, será considerado vago, antes do término estabelecido, nos seguintes casos:

- I- Morte;
- II- Renúncia;
- III- Ausência injustificada por mais de 03(três) reuniões consecutivas ou 06 ( seis ) alternadas, no período de 01 ( um ) ano;
- IV- Doença que exija licença médica superior a 06 ( seis ) meses;
- V- Procedimento incompatível com a dignidade das funções;
- VI- Condenação por crime comum ou de responsabilidade;
- VII- Não mais pertencer à categoria que representam o Conselho.



*Prefeitura Municipal de Mucurici*  
*Estado do Espírito Santo*

Art. 9º- O mandato de Vice-Presidente do Conselho Municipal de Educação, será de 03 ( três ) anos, permitindo a reeleição e/ou indicação por uma vez consecutiva.

CAPÍTULO VI

DO FUNCIONAMENTO

Art. 10º- O Conselho Municipal de Educação, funcionará em sessão de plenário e em reunião de comissões permanentes, na forma que for estabelecida em seu Regimento Interno.

§ 1º- O Conselho Municipal de Educação poderá criar comissões especiais ou grupos de trabalho para a execução de tarefas indicadas no ato de criação dos mesmos.

§ 2º- O Secretário Municipal de Educação quando julgar necessário, poderá solicitar a criação de comissões especiais ou grupo de trabalho, indicados as respectivas tarefas.

Art. 11º- O Conselho Municipal de Educação, reunir-se-á e deliberará com a presença de, no mínimo, 07 (sete) membros.

Parágrafo Único- Caberá ao Presidente do Conselho Municipal de Educação, presidir as sessões plenárias com direito a voto de desempate.

Art. 12º- AS decisões do CME, serão tomadas na forma de DELIBERAÇÃO e PARECER e terão validade quando homologadas pelo S.M.E. e, após publicadas em veículo de comunicação designada pelo Governo Municipal.

Parágrafo Único- Dependem de homologação do Secretário Municipal de Educação.

I- As deliberações;





*Prefeitura Municipal de Mucurici*  
*Estado do Espírito Santo*

II- Os pareceres definitivos que envolvem organizações e funcionamento de escolas, órgãos ou serviços próprios de Secretaria Municipal de Educação;

III- Outros atos previstos em Lei ou no Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 14º- As representações previstas no art 4º, incisos II, III, IV e VII, terão o prazo de 30 ( trinta) dias anteriores à data de posse, para indicarem ao Prefeito Municipal, os seus representantes para comporem o Conselho Municipal de Educação.

Art. 15º- O início dos trabalhos dos colegia - dos de dará, anualmente, no primeiro dia útil do mês de março.

Art. 16º- O Conselho Municipal de Educação deverá ter o Regimento elaborado por seus membros, no prazo máximo de 90 ( noventa ) dias, a contar do primeiro mandato.

Parágrafo Único- Necessariamente, o Regimento de que trata os " Caput " deste artigo, deverá ser submetido à aprovação do Conselho Estadual de Educação e posteriormente homologação do Prefeito Municipal.

Art. 17º- As funções de Conselheiros do Conselho Municipal de Educação são consideradas de relevante interesses públicos e social e o seu exercício tem prioridade sobre o de qualquer outro cargo público nos municípios de que sejam titulares os seus membros.

Art. 18º- Pelo comparecimento às sessões plenárias e as das comissões, os conselheiros terão abonados os seus pontos, nas respectivas repartições públicas municipais e estaduais

Art. 19º- O Conselho Municipal de Educação, di -



*Prefeitura Municipal de Mucurici*  
*Estado do Espírito Santo*

vulgará em boletim, trimestralmente, os relatórios de suas atividades e, pareceres e outros atos aprovados no exercício, encaminhando-os ao Conselho Estadual de Educação.

Art. 20º- As despesas decorrentes das instalações e manutenção do Conselho Municipal de Educação, correrão à conta de dotação orçamentária própria.

Art. 21º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 260, de 09 de setembro de 1993.

Gabinete do Prefeito, em 06 de setembro de 1994.

*Benjamim Mendes de Souza*  
BENJAMIM MENDES DE SOUZA

-Prefeito Municipal-

CÂMARA MUNICIPAL DE MUCURICI

Protocolo N.º 790

Data 08.09.94

Hora 11:00